

Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
ENFOQUES E AGENDAS**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: enfoques e agendas /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
214 p. : 916 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira;
v. 6)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-79-0
DOI 10.22533/at.ed.790182703

1. Direitos humanos na educação. 2. Educação e Estado –
Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos
aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

EIXO 1: DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DO SABER FILOSÓFICO

Tércio Ramon Almeida Silva e Patrícia Cristina Aragão 6

CAPÍTULO II

DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR E ORGANIZACIONAL – UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DOCUMENTAL NA PARAÍBA

Raquel Martins Fernandes Mota, Jonas Cordeiro de Araújo, Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto, Hiago Felipe Lopes e Amanda Silva de Lima 15

CAPÍTULO III

EMPREENDENDO A EXCELÊNCIA DOS VALORES HUMANOS NAS ESCOLAS DE IGARASSU: NÃO AO BULLYING, AUTOMUTILAÇÃO E QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

Arlene Benício de Melo Alves 36

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DETERMINANTES NO CONTEXTO FAMILIAR E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ronaldo Silva Júnior e Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes 45

EIXO 2: GESTÃO

CAPÍTULO V

A COORDENAÇÃO DO 1º SEGMENTO NO CAP JOÃO XXIII/UFJF: A BUSCA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Miriam Raquel Piazzini Machado e Alesandra Maia Lima Alves 55

CAPÍTULO VI

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Maria Virilândia de Moura Luz, Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira, Zélia Maria de Lima Pinheiro, Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá, Rosiléia Agostinha de Araújo e José Cleóstenes de Oliveira 65

CAPÍTULO VII

NOÇÃO DE MARKETING EDUCACIONAL: A PARTIR DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL FENELON CÂMARA

Ilda Andrade de Lima 78

CAPÍTULO VIII

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA POLÍTICA DE APROXIMAÇÃO PARENTAL SOB A
ÉGIDE DA GESTÃO ESCOLAR?

Josilene Queiroz de Lima 88

EIXO 3: SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO IX

O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A
IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Angely Dias da Cunha e Jéfitha Kaliny dos Santos..... 101

EIXO 4: SOCIOLOGIA E FILOSOFIA

CAPÍTULO X

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Marineide da Mota Mercês e Maria do Carmo Barbosa Melo..... 118

CAPÍTULO XI

A INFLUÊNCIA DA SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA NA CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS
DE APRENDIZAGEM

Ana Lucia Andruchak 133

CAPÍTULO XII

AS FILOSOFIAS E A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI: CONHECIMENTO E AÇÃO

Otacílio Gomes da Silva Neto 141

CAPÍTULO XIII

CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO PARA A ENFERMAGEM:
REFLEXÕES TEÓRICAS

Bruno Neves da Silva e Manoel Dionizio Neto 153

CAPÍTULO XIV

CINE DIÁLOGOS: CONTRIBUIÇÕES À ORGANIZAÇÃO DO CINEMA E AO USO DE FILMES
EM SALA DE AULA

Dannyel Brunno Herculano Rezende..... 163

CAPÍTULO XV

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA REPRODUÇÃO NO SUCESSO ESCOLAR, SOB A
ÓTICA DA SOCIOLOGIA DO IMPROVÁVEL

Germana Lima de Almeida, Danielle dos Santos Costa e Constantin Xypas 175

CAPÍTULO XVI

O DESAFIO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

*Ana Paula Ferreira Agapito, Adriano Amaro da Silva, Claudivania de Almeida
Laurentino, Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho e Lielia Barbosa Oliveira*... 188

CAPÍTULO XVII

SUCESSO ESCOLAR IMPROVÁVEL: ASPECTOS DISTINTIVOS DE UMA TEORIA DA REPRODUÇÃO NO BRASIL

Danielle dos Santos Costa, Germana Lima de Almeida, Iuska Kaliany Freire de Oliveira e Constantin Xypas..... 196

CAPÍTULO IX

O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

**Angely Dias da Cunha
Jéfitha Kaliny dos Santos**

O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Angely Dias da Cunha

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.

Jéfitha Kaliny dos Santos

Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Paraíba.

RESUMO: A escola é um espaço social que cotidianamente tem sido convocada a articular o conhecimento científico com o desenvolvimento humano e social de seu/sua (s) aluno/a(s). Entretanto ela tem sido marcada por problemáticas que extrapolam os muros da escola, mediante o processo de negação de direito vivenciado por toda sociedade brasileira na conjuntura atual. Diante disso, é de grande relevância que as equipes das escolas tenham em sua composição técnica um/uma profissional capacitado/a para interferir nas expressões da “questão social” que perpassam a comunidade escolar. Dito isso, este artigo resulta de uma pesquisa qualitativa de cunho documental e bibliográfico, realizada pela Universidade Estadual da Paraíba em parceria com a Universidade Federal da Paraíba no período de setembro de 2015 a junho de 2016. O estudo em tela propõe trazer algumas reflexões sobre a importância do/as Assistentes Sociais nos processos de trabalho da Educação Básica, a partir de uma análise sobre a educação e a inserção do Serviço Social nas escolas, trazendo alguns apontamentos sobre a necessidade desse/a profissional no enfrentamento das questões contemporâneas do ambiente escolar, a fim de contribuir com as reflexões sobre a importância do/a Assistente Social nas equipes multiprofissionais das escolas, bem como fortalecer a luta por uma educação pública, laica e de qualidade que vislumbra a emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica, Serviço Social, Problemáticas Escolares, Educação Emancipadora

1- INTRODUÇÃO

A escola é perpassada por múltiplas relações sociais que são estabelecidas por diferentes seres sociais, como os/as professores/as alunos/as, gestores/as, pais, mães, responsáveis e a comunidade cuja escola está inserida. De forma resumida:

A escola é um espaço de relações. Nesse sentido cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem tanto contribuído para a manutenção

quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo. (GADOTTI, 1991, p.2)

Assim observa-se que a escola é um espaço de interação social com significativa influência na vida das pessoas em relação com a sociedade, visto que no percurso natural da vida nosso maior tempo é em interação com os indivíduos dentro das escolas, de modo que esses sujeitos levam para esse espaço suas expectativas, dificuldades e esperanças.

A escola não é só um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política. Deve gerar insatisfação com o já dito, o já sabido, o já estabelecido. Só é harmoniosa a escola autoritária. A escola não é só um espaço físico. É, acima de tudo, um modo de ser, de ver. Ela se define pelas relações sociais que desenvolve. E se ela quiser sobreviver como instituição, no século 21, precisa buscar o que é específico dela numa sociedade de redes e de movimentos que é a sociedade atual. A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e para mudar-se depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTTI, 1991, p.2).

Nesse sentido, observa-se que a escola é um espaço social caracterizado pela presença de diversos elementos sociais, econômicos, culturais e políticos que se conflitam no cotidiano escolar, donde muitas vezes esses elementos levam muito/a(s) aluno/a(s) a abandonarem a comunidade escolar, provocando o fenômeno da evasão escolar – caracterizada como afastamento temporário ou permanente dos/as alunos/as da escola.

Destarte, mediante os avanços jurídicos legais alcançados a partir da Constituinte de 1988 a Educação Básica no Brasil tem passado por várias mudanças, tanto na composição da sua equipe multidisciplinar, quanto na sua forma de compreender o que é educação, de modo que a educação deve ser compreendida para além da sala de aula, visto que as condições de vida do/a (s) aluno/a (s) refletem diretamente no processo de ensino-aprendizagem do/a (s) mesmo/a (s).

A partir dessa reflexão a escola é compreendida como um espaço de relações sociais que vão além da sala de aula, alcançando questões ligadas à cultura, condições de vida e trabalho, isto é, as condições objetivas e subjetivas que perpassam a permanência e o processo ensino-aprendizagem do/a aluno/a na escola. Desta feita, à medida que a escola tem esses alcances ela interfere diretamente no desenvolvimento intelectual e humano de cada sujeito envolvido nesse processo.

No entanto, compreender todas essas questões requer a presença de um/uma profissional que seja capacitado/a para lidar com as problemáticas que envolvem as relações sociais estabelecidas no movimento dialético da sociedade.

Desta maneira, confirma-se a hipótese de que há verdadeiramente a necessidade do profissional de Serviço Social na educação, pois no cotidiano escolar enfrentam-se complexas “questões sociais” que o conhecimento pedagógico não consegue enfrentar sozinho, necessita-se de outros conhecimentos e profissionais agindo de forma interdisciplinar e intersetorial (LOPES, 2006).

Diante disso, os Projetos de Lei (PL) n.º 3.688 de 2000 e n.º 837 de 05 de julho de 2005, que dispõem sobre a introdução do/a Assistente Social no quadro de profissionais da educação básica no país, segurado no subsídio legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que dispõe sobre o preparo dos profissionais da educação frente às demandas apresentadas nas unidades escolares, é aprovado e explicita a importância dessa profissão na relação da família para com a escola, a sociedade e o Estado.

Sendo assim, cabe-nos pontuar que o debate sobre a inserção do/a profissional do Serviço Social na Educação não é recente, por isso realizamos uma explanação histórico- crítica sobre a inserção do/a Assistente Social nas escolas públicas do país; uma análise sobre os elementos contemporâneos do ambiente escolar e a importância do/a Assistente Social no enfrentamento desses elementos contemporâneos.

Diante disso, este artigo que resulta de uma pesquisa bibliográfica e documental acerca da importância do/ a Assistente Social nas escolas públicas brasileiras, realizará no primeiro momento uma análise da educação e a inserção do Serviço Social na Educação Básica e no segundo momento tratará sobre a necessidade desse/a profissional no enfrentamento das expressões das questões contemporâneas no espaço escolar.

2- FUNDAMENTO SOCIAL E POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS POLÍTICAS, TEÓRICAS E CULTURAIS

O desgaste do tradicionalismo profissional, denominado por Netto (2011) de erosão do Serviço Social Tradicional, cujas expressões atingem também outros países da América Latina, ficando reconhecido como Movimento de Reconceituação (MR). Diferenciado internamente, o MR se expressou basicamente, através das concepções e posturas de dois grandes blocos: os modernizadores e os que apostavam na ruptura com o Serviço Social tradicional e com a ordem capitalista, ou seja, os reformistas-democratas e os radical-democratas (NETTO, 2005).

O contexto do pré-1964, marcado pelo avanço da criticidade ao modo de produção na América Latina inflexiona o Serviço Social na medida em que a categoria foi se afastando das influências religiosas e dando lugar a outras vertentes teórica-política-metodológica.

Resumidamente, Netto (2005) vai mencionar que a homogeneidade profissional, marcante desde a origem da profissão, cede lugar a diferentes visões de mundo, diferentes matrizes teóricas e diferentes práticas, desgastando o monolitismo de valores e crenças fomentados pela doutrina católica. Todavia, este

processo ganhará novos contornos a partir da instauração da ditadura militar no Brasil e, conseqüentemente, nos demais países latino-americanos.

Nesta perspectiva dialética de avanços e desafios, avanços porque o Serviço Social brasileiro encontra terreno fértil para se desenvolver: enquanto uma das profissões cuja intervenção se relaciona diretamente com o planejamento, a formulação e a execução de políticas sociais, os assistentes sociais se deparam com uma ampliação do seu mercado de trabalho, ampliação esta que rebateu em todas as dimensões profissionais: formação, prática e organização política da categoria. E desafios porque o breve contato com a teoria crítica, muito embora através de um “marxismo vulgar”, foi interrompida com a ditadura militar.

Nesse marco histórico contraditório do serviço social, Netto (2011, p.137) menciona que a erosão do tradicionalismo profissional se aprofundou, e cedeu lugar para o que denomina de renovação e fazendo-lhes referência, afirma: “nossa interpretação, portanto, atribui à autocracia burguesa a função precipitadora de um processo de erosão do Serviço Social ‘tradicional’ que lhe é anterior”.

Considerando as implicações éticas e ideoculturais próprias de um regime ditatorial, Netto (2011) destaca que apesar do aprofundamento da erosão acima aludida, esta não teve condições, iniciais, de se desenvolver numa direção crítica, considerando que a repressão neutralizou os protagonistas sócio-políticos comprometidos com a democratização do Estado e rompeu com os suportes que poderiam dar criticidade e radicalidade progressista à crise do Serviço Social Tradicional. Mas, o projeto de modernização conservadora da autocracia burguesa, conseguiu contraditoriamente, dar andamento a esta crise, mesmo numa perspectiva teórico-metodológica de base conservadora.

A renovação profissional neste contexto adverso correspondeu, portanto, a um processo lento e gradual, permeado por avanços e recuos, de ordem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, mas cujo resultado sinalizava sempre para o predomínio do elemento novo, caracterizando assim, uma renovação. Netto (2011) destaca como características centrais deste processo a laicização da profissão, a explicitação do seu caráter político e a instauração do pluralismo teórico, prático e ideocultural.

Enquanto processo, o desenvolvimento da renovação demarcou a presença de três direções teórico-político-culturais: 1) a perspectiva modernizadora; 2) a perspectiva da reatualização do conservadorismo e 3) a perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo societal e profissional (NETTO, 2011).

A primeira reflete o pensamento e as posturas do segmento profissional predominante naquele contexto, cuja preocupação central era a de adequar o Serviço Social às demandas do Estado burguês da ditadura militar. Para tanto, privilegia a busca pelo aperfeiçoamento do arsenal técnico-operativo enquanto estratégia para uma melhor e mais adequada implementação das políticas sociais vigentes. O tecnicismo mantém, portanto, a necessária vinculação teórica com o pensamento conservador, preservando valores como o da liberdade individual, da justiça, da paz e da harmonia social, consolidando um conteúdo reformista burguês.

Assim, cabe ressaltar que a perspectiva modernizadora se mostrou presente nos documentos de Araxá e Teresópolis, todavia não se esgota, naturalmente, nas concepções e proposições consagradas nestes dois documentos. Antes, ela encontra impositões e matrizes diversificados em inúmeros trabalhos de profissionais e docentes cujas reflexões se desenvolveram entre a segunda metade dos anos sessenta e o final da década seguinte (NETTO, 2011, p. 165).

Nessa conjuntura, as expressões do movimento de renovação se deu a partir de dois Seminários, um em 1967 e 1970, realizados em Araxá e Teresópolis respectivamente. Como resultados desses dois seminários foram produzidos dois documentos: “Documento de Araxá” e o “Documento de Teresópolis – Metodologia do Serviço Social” que iram respaldar todas as discussões acerca da “teorização do serviço social” neste período.

No seminário realizado na cidade de Araxá em Minas Gerais, se caracterizou pela busca da ruptura com o “tradicionalismo” profissional – mesmo que seja de forma aparente essa ruptura. No plano teórico (por assim dizer), o documento está carregado de intensas contradições, isto porque, permanece ainda uma valorização da microatuação – na perspectiva do atendimento a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais – e o plano de macroatuação ligada à visão global do homem – o desenvolvimento pleno do homem ligado ao humanismo abstrato.

Todo o discurso profissional arranca desta tensão entre o “tradicional” e o “moderno” – que será resolvida pela subsunção do primeiro ao segundo: “As exigências do processo de desenvolvimento mundial vêm impondo ao Serviço Social, sobretudo em países ou regiões subdesenvolvidas, o desempenho de novos papéis” (NETTO apud CBCISS, 2011, p. 168).

Na sequência do documento os assistentes sociais tentando avançar no rompimento com a perspectiva “tradicional”, modificam os “postulados” e os “princípios operacionais” que se dividem em “objetivo remoto” e “objetivos operacionais”. Os postulados são como nos orienta Netto (2011, p. 169), derivados diretamente do *neotomismo* “com seu eticismo inteiramente abstrato e a-histórico”. Já nos “objetivos operacionais” verifica-se um avanço ao considerar “a atuação dentro de uma perspectiva de globalidade na realidade social” e a “participação do homem em todo o processo de mudança” (NETTO apud CBCISS, 2011, p. 169). Desta forma, avança a partir do reconhecimento da “debilidade [do] indicativo-instrumental dos “postulados”, confere uma nova fundamentação à ‘participação’ [...] e, principalmente, desbasta o terreno para avançar sobre a noção de *globalidade*” (NETTO, 2011, p. 169).

Já no *Documento de Teresópolis* a ênfase é colocada na *Metodologia do Serviço Social*, este se diferencia do texto de Araxá apenas no sentido de seu direcionamento prático, pois, este se colocará como uma formulação decisivamente prático profissional.

Destarte que, apesar de um apelo maior a adoção de práticas sistematizadas a partir de uma metodologia derivada das ciências sociais, o que se verifica é uma equalização dos procedimentos tradicionais através de uma roupagem formal do

estrutural-funcionalismo configurando assim uma “modernização conservadora”. Segundo Netto (2011, p.192), as formulações do Documento de Teresópolis apontam mudanças sobre três óticas: “apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sócio-técnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora”.

Nos seminários realizados nas cidades de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), apesar de uma conjuntura de recusa à posturas conservadoras de alguns seguimentos dentro da profissão que já haviam se aproximado de obras derivadas do pensamento crítico, o lastro conservador – o qual não conseguiu ser extinto pelo movimento de modernização – emplacava agora uma luta de duplo sentido: “deter e reverter a erosão do *ethos* profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnica e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências [...] dos quadros [...] [de] inspiração marxista” (NETTO, 2011, p.203).

A partir de meados dos anos de 1970, a perspectiva modernizadora terá sua hegemonia questionada. A crise da autocracia burguesa permitirá a expressão de questionamentos a esta perspectiva que estarão relacionados aos outros segmentos profissionais não sintonizados com o conteúdo modernizante da profissão. Ao fazer referência a um destes segmentos, Netto (2011, p.156), assim se pronuncia:

Toda a dinâmica sociopolítica e cultural da autocracia burguesa, com seus rebatimentos no universo profissional, contribui então para reduzir a [...] expressão [da modernização conservadora] na (auto) representação dos assistentes sociais. De uma parte, seu conteúdo (recorde-se que ela incorpora o vetor do reformismo próprio do conservadorismo burguês) não atende às expectativas do segmento profissional que, agarrado às mais vetustas tradições do Serviço Social, resiste ao movimento de laicização ocorrente e se recusa a romper com o estatuto e a funcionalidade subalternos historicamente assumidos pela profissão.

Netto (2011) menciona o segmento que se articula à segunda perspectiva da renovação, a reatualização do conservadorismo. De alicerce católico, este segmento privilegia os componentes mais conservadores da tradição profissional e se mostra contrário às inovações que a perspectiva modernizadora introduziu no Serviço Social, assumindo uma dupla crítica: à concepção teórica pautada no estrutural-funcionalismo de base positivista e às incidências da tradição marxista.

Com o objetivo de fundamentar as lacunas teóricas e metodológicas deixadas pela modernização conservadora, assim como buscar barrar os avanços já alcançados com a retomada do pensamento crítico, os “reatualizadores” buscam recuperar os componentes mais estratificados e conservadores presentes na história da profissão, mas sob o invólucro de um novo referencial teórico baseado na fenomenologia. Esta proposta recuperou o eticismo abstrato, expresso “na humanização (cristã tradicional ou de fundo existencialista), (...) [na] valorização ‘profunda’ da personalidade, das ‘realidades psíquicas’, das ‘situações existenciais’ etc.” (NETTO, 2011, p.158).

Nesta perspectiva, o segmento católico reatualizado reabsorveu valores como a centralidade da pessoa humana nas relações sociais, a autodeterminação do homem, a ajuda psicossocial que, por sua vez, de acordo com Netto (2011), não deixam de estar associados a outros, presentes desde a origem da profissão, tais como: dignidade humana, perfectibilidade humana, sociabilidade humana. Com este “horizonte” conservador o Serviço Social tanto na prática como na teoria, se voltou para microatuação, o subjetivismo e a aparência na abordagem dos fenômenos sociais, referendando, portanto, a ordem burguesa.

Embebidos do *pensamento fenomenológico* os assistentes sociais defensores de uma *reatualização do conservadorismo* utilizaram como estratégia uma crítica contundente as correntes teóricas positivistas que orientaram o processo de modernização do Serviço Social. O objetivo precípua é a retomada da influência religiosa que compunha a profissão na sua origem.

A crítica se concentra em dois aspectos da teoria positivista, o primeiro diz respeito à “interpretação causalística (e fatorial) da socialidade” e o segundo é em relação à “asepsia ideológica do conhecimento”. A explicação (causal) dos fenômenos sociais é deslocada para a sua compreensão (fenomênica); a asepsia é rejeita e denota-se uma explícita influência religiosa cristã (idem, p.205). “A vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de E. Mounier (1936) dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências [...]” (YAZBEK, 2009, p. 8).

Netto (2011, p. 207) nos esclarece que os defensores da fenomenologia como a mais adequada vertente teórico-metodológica para profissão, não trava um debate direto com o pensamento crítico emergente apesar de utilizar-se de algumas categorias caras ao marxismo e por vezes “parece mesmo ignorá-lo [o marxismo] e não estabelece com ele qualquer polêmica franca e frontal [...]”.

Na contracorrente destas formulações ocorria um esforço de vários estudiosos do Serviço Social, notoriamente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em transpor o debate da *reatualização conservadora* para uma ótica de ruptura seminal com o conservadorismo e conseqüentemente com o processo de modernização (idem, p.247-248).

Como referenciado anteriormente, da crise da modernização conservadora se expressarão questionamentos de direções antagônicas. Neste sentido, além da reatualização do conservadorismo – de pouca expressão no interior da categoria, reassume o seu papel no debate profissional, o pensamento crítico de base marxiana e marxista, manifesto inicialmente, no processo de erosão.

A partir de meados dos anos 1980, com a intenção de ruptura (terceira direção da renovação) a profissão terá condições de questionar os suportes teórico-político-ético e ideoculturais da sociedade burguesa e do próprio Serviço Social, enquanto produto desta mesma sociedade, permitindo desta forma, o enfretamento e a denúncia do conservadorismo societal e profissional.

Inicialmente o debate se restringe ao âmbito acadêmico só podendo ultrapassar as barreiras da universidade a partir da “reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência

democrática”. Portanto, é apenas no afloramento da luta pela abertura democrática que o movimento de *intenção de ruptura* pode levar a discussão do pensamento crítico marxista a “seguintes profissionais ponderáveis” (idem, p. 248).

Todavia, é importante assinalar que as primeiras aproximações da profissão com as produções marxistas se caracterizam por alguns reducionismos típicos de leituras feitas a partir de obras não originais do pensamento de Karl Marx.

[...] quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no "marxismo" althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente Método de B.H. Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão (YAZBEK, 2009, p. 9).

Isto se deve decisivamente pelas dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais em acessar as obras marxianas precisamente pelo fator conjuntural de uma Ditadura Militar que impossibilitava a introdução de obras de cunho contestador da ordem societária vigente.

Porém, é a partir da introdução do pensamento crítico marxista no Serviço Social que emerge o debate acerca da materialidade histórica da profissão, do seu imbricamento com a emergência do capitalismo na sua fase monopólica³, do seu compromisso com a classe trabalhadora e com a definitiva recusa as formas tradicionais/conservadora da profissão. Para além da crítica ao que comumente é chamado de movimento de renovação do Serviço Social, o marxismo adentra a profissão e marca sua redefinição tanto teórico-metodológica como prático-filosófica. É através das perspectivas categoriais marxistas – totalidade social, dialética e a ontologia do ser social no trabalho – é que a profissão vai ampliar seu horizonte ideocultural o que vai desenvolver nos anos vindouros um Projeto Profissional comprometido com um Projeto de Classe Emancipatório.

Neste sentido, o segmento progressista e crítico põe em questão a ordem burguesa e a funcionalidade do Serviço Social a esta ordem, rompendo com a pseudo-neutralidade política até então assumida pelos setores mais conservadores.

Ao assumir claramente o caráter político da profissão, o segmento em questão se coloca em defesa de um projeto de classe em disputa na sociedade – o projeto da classe trabalhadora, rompendo com os valores profissionais até então, predominantes e assumindo outros que se relacionam com o projeto profissional e de classe que defende, a saber: a democracia, a igualdade social, a não exploração e discriminação de classe, raça, etnia e gênero, a emancipação humana como fim último.

A aproximação à teoria social crítica de raiz marxiana permitiu a apreensão do Serviço Social enquanto profissão inserida na esfera da produção e reprodução da vida social, mais especificamente, na divisão sociotécnica do trabalho, enquanto uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2012). Neste sentido, esta

profissão é apreendida não mais como uma “vocação”, ou uma extensão da militância católica, direcionada à prática “caritativa”, mas como uma intervenção profissional que atua no âmbito de processos e relações de trabalho.

Portanto, cabe mencionar, que a consolidação do Serviço Social na contemporaneidade corresponde à necessária consolidação e atualidade da intenção de ruptura e todo o seu suporte teórico-metodológico, ético-político, ideológico e cultural e técnico-operativo, demarcados pelo atual projeto profissional, que consta com o código de ética de 1993, com as diretrizes curriculares de 1996 e com a Lei que regulamenta a profissão de 1993.

3- A EDUCAÇÃO BÁSICA E O SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOCIO-HISTÓRICA SOBRE A INSERÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS

O surgimento do serviço social na escola perpassa toda essa discussão sobre os fundamentos históricos da profissão, por isso, partimos da premissa que existem dois pontos a serem analisados sobre Serviço Social e a Educação: a primeira corresponde a posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil as metas estabelecidas pela dinâmica da globalização. A segunda refere-se à presença do (a) Assistente Social na equipe multiprofissional das escolas brasileiras para atingir essas metas. Diante disso, é importante fazermos uma análise sobre a inserção do (a) Assistente Social na educação tendo com luz a aprovação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional(LDB).

A priori é importante pontuarmos que a educação é um direito adquirido e outorgado constitucionalmente pela Constituição Federal (1998) e pela LDB, cuja finalidade é a formação de sujeitos para o exercício da cidadania. Sendo assim, a inserção do Serviço Social na educação tem como base, a partir desses marcos legais, o exercício da cidadania. Entretanto, a inserção da profissão no campo educacional de acordo com Piana (2009, p. 183) aconteceu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de averiguar porque as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar ou a falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola.

Para Vieira (1977) o objetivo do/a (s) Assistentes Sociais era atender o/a(s) aluno/a(s) com problemas de aprendizagem. A tendência do Serviço Social era atender as dificuldades de caráter individual e familiar, configurados como problemas sociais, apresentados no espaço escolar.

Como estados pioneiros na inserção do Serviço Social nas escolas, pautados em atender os problemas de aprendizagem, tivemos o estado de Pernambuco e do Rio Grande Sul nos anos de 1946. Segundo Piana (2009) no Estado do Rio Grande do Sul:

O Serviço Social foi implantado como serviço de assistência escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Suas atividades eram voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no

aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social. (PIANA, 2009, p.184)

Em 1957, diversas reflexões passaram a analisar que a educação e a intervenção do/a Assistente Social no espaço educacional seguia uma lógica de superação do subdesenvolvimento através da política desenvolvimentista defendida por Juscelino Kubistchek, de modo que a educação estava voltada para ajustar os indivíduos às demandas advindas do trabalho.

Desse modo, podemos afirmar que o Serviço Social até então matinha sua intervenção voltada apenas para manutenção do *status quo*, mas com o movimento de Reconceituação – movimento esse que se expressou basicamente, através das concepções e posturas de dois grandes blocos: os modernizadores e os que apostavam na ruptura com o Serviço Social tradicional e com a ordem capitalista, ou seja, os reformistas-democratas e os radicais-democratas (NETTO, 2005) –, o Serviço Social brasileiro encontra espaço fértil para se desenvolver, visto que nesse momento o/a Assistente Social começa a intervir com o planejamento, a formulação e a execução de políticas sociais, pois lhes foi requisitado se adaptar a ampliação do mercado de trabalho, que rebateu em todas as dimensões da profissão: formação, prática e organização política da categoria.

A partir dessa conjuntura o Serviço social na educação passou a ganhar novos horizontes em sua intervenção, especificamente em 1980, donde a função do (a) Assistente Social se caracteriza pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividades e normas de condutas, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura (CARDOSO E MACIEL, 2000, p.142).

Para o Conselho Federal de Serviço Social o profissional que atua no ambiente Escolar deverá desenvolver as seguintes funções:

- Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimento e informações sobre questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistências e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Elaboração e desenvolvimento de programas;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade socio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assistilo e encaminhá-lo adequadamente;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 6262/93.

Diante disso, observamos a importância do Serviço Social nas escolas e a concordância do projeto ético político da profissão com a constituição de 1988, na qual a educação é declarada legalmente como direito humano prioritário, inalienável e de obrigação do Estado.

Todavia, a partir dos anos de 1990 o Estado tem iniciado uma contrarreforma para com os direitos sociais, pautado nos cortes dos gastos públicos e no fortalecimento do mercado financeiro. Diante disso, o(a) Assistente Social na educação tem sido utilizado/a como uma profissão que possibilita o Estado atingir as metas oriundas das recomendações do Banco Mundial.

Almeida (2000, p.156) tem argumentado que:

A intervenção do Banco Mundial na condução das políticas de educação é apoiada por um diagnóstico que aponta excessivos e desnecessários gastos públicos com educação superior, insuficiência de investimentos no ensino fundamental, ineficácia do ensino médio e necessidade de dinamização de um ensino profissional mais direcionado para as novas exigências do mercado de trabalho. O diagnóstico se completa com a eleição da educação como estratégia central para superar o atraso social e diminuir as desigualdades econômicas.

Assim sendo, as reformas no campo educacional têm respondido às exigências da empregabilidade e do interesse público e privado, haja vista que a inserção das profissões no mundo do trabalho é segundo os interesses do mercado, atendendo sua lucratividade e a busca da supremacia dos setores privados para uma educação mercantilizada e gerenciada pelo Estado, sem ações executivas, mas incorporando institucionalmente a filantropia e o assistencialismo à rede de serviços públicos para a população de baixa renda, não equacionando a exclusão educacional e social. (ALMEIDA, 2000a, p. 21).

Diante dessa conjuntura de disputa entre projetos societários é que se encontra o/a Assistente Social na educação. Mas, de acordo com Almeida(2004) o/a (s) Assistentes Sociais devem tomar a política educacional como um modo historicamente determinado de oferta e regulação dos serviços educacionais que organiza diferentes formas de trabalho coletivo e modalidades de cooperação entre os profissionais que atuam nesta área, porque sua intervenção é de fundamental importância para o cumprimento do papel social das escolas.

4- A IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO/A ASSSITENTE SOCIAL DO SERVIÇO SOCIAL PARA O ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DO ESPAÇO ESCOLAR

A contemporaneidade tem sido vivenciada fortemente pela sociedade civil, mediante as particularidades que ela tem colocado para vida em sociedade. Observando-se que essas particularidades têm rebatido de formas diferentes na vida de cada cidadão.

Diante disso, cabe-nos pontuar que essas particularidades são fruto do processo de exploração do trabalho humano, por meio das leis do mercado de trabalho. Essas particularidades têm desdobrado nas condições de vida e trabalho, nas formas de apropriação da cultura e continuidade da cultura, nas formas de opressão, preconceitos e repressão. E

A escola é um ambiente de diversidade, onde os indivíduos, com diferentes valores, raças, culturas e perspectivas de vida, se reúnem com o intuito do aprimoramento intelectual. E é neste âmbito tão plural, que se expressam grandes demandas sociais, que trazem preocupações se pensado como serão os indivíduos de uma sociedade futura, visto que determinados problemas apresentados hoje em crianças e adolescentes, ou na família dos mesmos, interferem diretamente em sua conduta. Scandelai e Cardoso (2006, p.1).

Diante desse contexto, a escola passa a requer um profissional que seja capacitado para intervir nessas particularidades apresentadas por diferentes indivíduos no ambiente escolar.

Sobre essa questão Scandelai e Cardoso (2006, p.1) pontuam que:

Através de pesquisas [...], foi constatado que nem todos os profissionais inseridos na educação apresentam capacidade para trabalhar com a questão social, e infelizmente não estão preparados para problematizar tais demandas como: evasão escolar, gravidez precoce, uso de drogas lícitas e ilícitas, violência de gênero que conseqüentemente é levado para dentro das escolas e muitas outras expressões da questão social, que também se inseri nas escolas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os profissionais da educação devem ser capacitados para enfrentar as demandas apresentadas nas unidades escolares, no entanto estes profissionais não conseguem dar conta das suas atribuições privativas e assumir o papel que cabe ao Assistente Social, visto que o profissional do Serviço Social é capacitado para intervir nessas particularidades colocadas pela exploração do trabalho.

A inserção do profissional do Serviço Social no ambiente escolar de acordo com Silva (2012), também contribuirá com a ampliação da rede de proteção social, para organização em rede de demandas de saúde, assistência social, habitação, segurança, emprego e renda, dentre outras dimensões que vem pressionando o interior desses espaços.

Em acordo com Franco (2012) os assistentes sociais também são chamados para o campo educacional para colaborar na luta pela afirmação dos direitos sociais e humanos no cotidiano da vida social dos estudantes; retificar os direitos das crianças e adolescentes que usufruem da política educacional pública, estreitar os laços entre a escola e a família; efetivar a participação da vida coletiva; enfim, investir no combate a todo tipo de discriminação, preconceito, violência e desigualdades que impeçam a afirmação dos usuários da educação básica como sujeitos de direitos.

Com o exposto reafirmamos a importância do/a Assistente Social no ambiente escolar, com também a sua fundamental importância no processo político e ideológico que a escola faz parte, pois este profissional tem uma formação crítica, que consegue ir além da aparência e contribuir efetivamente com o enfrentamento das demandas-que prejudicam o processo de ensino aprendizagem, com o também o estreitamento das suas relações sociais-que são colocados para escola na contemporaneidade.

5- CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

A escola é um espaço social que cotidianamente tem sido convocado para articular com o conhecimento científico, o qual deve ser transmitido em cada componente curricular, com o desenvolvimento humano e social de seu/sua (s) aluno/a(s). Essa tarefa tem sido bastante desafiadora no contexto de recessão de direitos sociais, intensificação do individualismo e cooptação dos movimentos sociais que lutam por uma educação pública, laica e de qualidade. Assim, educar para além dos muros da escola tem se colocado com um desafio constante para aqueles que vislumbram uma educação emancipadora.

É nesse contexto de emancipação que se encontra o Serviço Social, pois não tem como pensar a escola sem ter na equipe multidisciplinar e/ou interdisciplinar um profissional crítico e capacitado para lidar com as diversas formas das manifestações da questão social.

Desta maneira, a inserção do Serviço Social na escola, contribui com os processos de trabalho da educação que tornam a escola um espaço de práticas de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. O Serviço Social trabalha diretamente com a educação, com a construção da consciência, isto é, trabalha diretamente com o processo de reconhecimento das determinações e contradições que perpassam as relações sociais estabelecidas na sociedade em que vivemos. Desta feita, contribui com a formação política, humana e social de toda comunidade escolar.

Amaro (1997) reflete que Educadores e Assistentes Sociais compartilham desafios semelhantes, e tem na escola como ponto de encontro para enfrentá-los. Tem-se a necessidade de fazer algo em torno dos problemas sociais que repercutem e implicam de forma negativa no desempenho do/a aluno/a e leva o/a educador (a) pedagógico/a a recorrer ao/à Assistente Social.

Sendo assim, é preciso valorizarmos a educação e suas respectivas políticas, pois ela vai além de um direito adquirido constitucionalmente na medida em que possibilita os sujeitos alcançarem novas formas e consciência, e assim, se emanciparem. Parafraseando o Rubem Alves, as escolas precisam ser asas e não gaiolas.

Por fim, esperamos que nossa pesquisa tenha alcançado o objetivo esperado e que sirva para futuros aprofundamentos sobre a temática. Deixamos como reflexão um trecho do poema A ESCOLA de Paulo Freire:

A escola : é o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobre tudo, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima: Coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. **Desafios contemporâneos para a formação profissional em serviço social**. Social em Questão, Rio de Janeiro: PUC, Dep. de Serviço Social, v. 5, p. 7-24, sem, 2000b.

_____. Educação. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Política Social**. Brasília, DF, UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 3, p 153-163, 2000a.

_____. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do serviço social na educação**. Publicado no Caderno Especial n. 26, 2004. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2014

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. **Mobilização social e práticas educativas**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 4, p. 139-150, 2000.

Conselho Federal de Serviço Social, **Serviço Social na Educação: Uma inserção possível e necessária**. Brasília:2001.

_____. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: 2011.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. **Serviço Social na Educação: Breves Considerações sobre a implementação do PAISE no Instituto Federal Baiano-Campos Santa Inês-BA**. In: SILVA, M.M.J. (ORG). Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. Campinas-SP: Papel Social,2012.

FREIRE, Paulo. Poesias. **A escola**. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/escola_p.htm. Acesso em : 14 de junho de 2015>.

GADOTTI, Moacir. Convite à leitura de Paulo Freire . 2ª ed.; São Paulo: Scipione, 1991.

LOPES, Eleni de Melo Silva. **Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público**. 2006 . Disponível em :<<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2.htm> . Acesso em 15 de junho de 2015.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3° Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16°ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.84. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.50. São Paulo: Cortez, 1996.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. **SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: DF. CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/uploads/anexos/yazbek-201608060401395873620.pdf>>. Acesso em 20 de ago. de 2016.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

_____. **Serviço Social e educação: Olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, Franca, v.18, n.2, 2009.

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira ; CARDOSO, Danielhe Negrão. **A importância da inserção do profissional de Serviço Social em cada unidade escolar pública**. Disponível em :<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/1121> . Acesso em 15 de junho de 2015.

SILVA, Marcela Mary José da. **O lugar do Serviço Social na educação**. In: SILVA, M.M.J. (ORG). **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Campinas-SP: Papel Social,2012.

VIEIRA, B. O.. **História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria**. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

ABSTRACT: The school is a social space that is daily called to articulate scientific knowledge with the human and social development of its student (s). However, it has been marked by problems that go beyond the walls of the school, through the process of denial of law experienced by all Brazilian society in the current conjuncture. Given this, it is of great relevance that the school teams have in their technical composition a professional trained to interfere in the expressions of the "social question" that permeate the school community. That said, this article is the result of a qualitative research of a documental and bibliographic nature, carried out by the State University of Paraíba in partnership with the Federal University of Paraíba from September 2015 to June 2016. The on-screen study proposes to bring some reflections on the importance of Social Workers in the work processes of Basic Education, based on an analysis on education and the insertion of Social Service in schools, bringing some notes about the need of this professional in facing the contemporary issues of the school environment , in order to contribute to the reflections on the importance of the Social Worker in the multiprofessional teams of the schools, as well as to strengthen the struggle for a public, secular education of quality that envisions the human emancipation.

KEYWORDS: Basic Education, Social Work, School Problems, Emancipatory Education

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-79-0



9 788593 243790